

**EXERCÍCIOS DA BANCA DO CESPE - UNB****Quanto à Lei 8.112/90, julgue os itens:**

1. Paulo, servidor público federal, detentor de cargo efetivo de auditor fiscal da previdência social, já havia adquirido a estabilidade no serviço público quando foi aprovado em concurso público para o cargo de analista do TCU, no qual tomou posse, assumindo a função em 15/1/2007. Nessa situação, conforme jurisprudência dos tribunais superiores, Paulo pode requerer a sua recondução ao cargo que ocupava anteriormente até 15/1/2009, mesmo sendo bem avaliado no estágio probatório em curso.

2. O servidor público nomeado para o exercício de cargo efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade após 3 anos de provimento do cargo.

3. A Constituição Federal de 1988 contém norma autoaplicável para assegurar o direito de greve dos servidores públicos civis.

**João prestou concurso público para cargo da administração pública federal e foi aprovado. Convocado, foi nomeado para exercer o cargo em lugar de Antônio, que estava em gozo de férias. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens.**

4. A nomeação, em sentido estrito, constitui ato de provimento dos cargos públicos.

5. Os cargos públicos somente podem ser providos quando estiverem vagos.

6. João não poderia assumir o cargo ocupado por Antônio, pois restaria configurada situação em que dois servidores estariam ocupando o mesmo cargo.

7. João poderia ser convocado para exercer as funções de Antônio como seu substituto eventual.

8. Os cargos é que são substituídos, não os servidores nele investidos.

**Manoel prestou concurso público, e foi aprovado em primeiro lugar, para o cargo de médico de Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), tendo sido nomeado em 2/6/2005, com a respectiva publicação da nomeação no Diário Oficial da União em 2/6/2005. A respeito da situação hipotética acima e considerando que os servidores do INPI são regidos pela Lei n.º 8.112, de 11/12/1990 — Regime Jurídico Único, julgue os seguintes itens.**

9. Manoel terá de tomar posse no cargo de médico do INPI até 18/6/2005, sob pena de ser tornado sem efeito o ato de nomeação.

10. Caso Manoel não possa comparecer no dia determinado pelo INPI para a sua posse, seu irmão poderá tomar posse por ele, mediante procuração específica.

11. Após tomar posse, Manoel terá até quinze dias para entrar em exercício no cargo de médico do INPI.

12. Manoel, no ato da posse, terá de apresentar ao INPI declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.

**Lúcia foi exonerada do cargo que ocupava na administração direta federal por ter sido reprovada no estágio probatório. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.**

13. O ato de exoneração de Lúcia não constitui exercício de poder administrativo disciplinar.

14. Para ter direito de impugnar judicialmente sua exoneração, Lúcia deve primeiramente esgotar os recursos administrativos possíveis.

**Consoante as disposições da Lei n.º 8.112/1990, que regulamenta o regime jurídico dos servidores públicos da União, julgue os itens.**

15. A partir da promulgação da Emenda Constitucional n.º 19, deixou de ser obrigatória a adoção de regime jurídico único para os agentes da administração direta, das autarquias e das fundações públicas.

16. A investidura em cargo público dá-se com a nomeação.

17. De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, função pública é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

18. Para o servidor ocupante de cargo público de provimento efetivo, não se exige aprovação prévia em concurso público.

19. O servidor tem prazo de 30 dias, contados da posse, para entrar em exercício.

20. Deverá ser reintegrado o servidor público que, ao sofrer limitação em sua capacidade de trabalho, torne-se inapto para o cargo que ocupa, mas possa ainda exercer outro cargo para o qual a limitação sofrida não o inabilita.

21. Deverá ser reconduzido o servidor aposentado por invalidez permanente que tiver declaradas insubsistentes, por junta médica oficial, as causas que determinaram a sua aposentadoria.

**Com referência ao regime dos servidores públicos, julgue os itens seguintes.**

22. Conforme entendimento do STF, o servidor público federal tem direito de retornar a cargo federal anterior, mesmo após o estágio probatório de novo cargo assumido.

23. Suponha que Pedro seja professor em uma universidade pública. Nesse caso, ele poderá acumular o seu cargo de professor com um cargo de analista judiciário, área meio, em Tribunal regional federal.

**Acerca de regras gerais do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, julgue os itens.**

24. As normas sobre provimento e nomeação, entre outras, consagram o princípio democrático de recrutar e selecionar pessoal para cargos públicos, em regra, mediante concurso público.

25. Esse regime não reserva percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais. Tal definição está presente apenas na Constituição Federal.

26. Quanto à idade, essa lei indica limites mínimo e máximo para ingresso em cargos públicos.

27. No preenchimento de cargos para os quais em geral se exigem qualificação profissional, como a profissão de contador ou advogado, não é imprescindível que esta condição esteja satisfeita porque o rol de requisitos é taxativo.

**A respeito de investidura e nomeação, julgue os itens.**

28. A O prazo para investidura em cargo público é de 30 dias contados da publicação do ato de provimento.

29. A posse do cidadão no cargo para o qual foi nomeado significa a aceitação da investidura.

30. Mesmo tendo havido ilegalidade no ato de nomeação, o servidor que deseja permanecer no cargo pode invocar direito adquirido.

31. Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação.

**Considere que, em virtude da extinção de determinado órgão da administração direta federal, os seus servidores foram postos em disponibilidade, inclusive os ocupantes de cargos comissionados, e permanecem nessa situação há quatro meses, recebendo remuneração calculada com base em 50% do vencimento dos seus cargos. Julgue os itens.**

32. Nessa situação, ocorre ilegalidade, pois servidores públicos estáveis não podem ser colocados em disponibilidade, devendo ser imediatamente reaproveitados em outros órgãos.

33. Nessa situação, ocorre ilegalidade, a lei veda a colocação em disponibilidade de servidores em virtude da extinção do órgão em que eram lotados.

34. Nessa situação, ocorre ilegalidade, os servidores em disponibilidade devem receber remuneração calculada com base no seu vencimento completo.

35. Nessa situação, ocorre ilegalidade, a lei veda disponibilidade mais longa que três meses.

**Quanto a afirmação de que a reintegração e a recondução são formas de provimento inaplicáveis a cargos comissionados, julgue os itens.**

36. A afirmação é correta.

37. A afirmação é errada, pois é legalmente possível a recondução para cargo de provimento em comissão.

38. A afirmação é errada, pois é legalmente possível a reintegração em cargo de provimento em comissão.

39. A afirmação é errada, pois essas formas de provimento não mais são previstas na legislação brasileira.

**Todo trabalhador, independentemente do regime a que se vincula, tem direitos, mas também está sujeito a obrigações. Julgue os itens seguintes, que dizem respeito aos servidores públicos.**

40. Caso um servidor seja injustamente demitido e a justiça determine o seu retorno, esse retorno caracterizará um caso de reintegração.

**Considerando que André tenha tomado posse em cargo efetivo de analista judiciário lotado no TRE/MT e que ainda não tenha entrado em exercício, a respeito da situação hipotética descrita, julgue os itens.**

41. André adquirirá estabilidade no referido cargo no momento em que for publicado ato determinando a sua aprovação no estágio probatório.

**GABARITO: E**

**A respeito da nomeação de servidores públicos federais, segundo a Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens.**

42. A nomeação para cargo de confiança que estiver vago deve ser realizada em caráter efetivo.

43. A nomeação para cargo isolado de provimento efetivo pode ocorrer sem prévia habilitação em concurso público.

44. A recondução é uma forma de nomeação de servidor público

**LEI 8.112/90 – 1ª AULA - EXERCÍCIOS**

45. O servidor ocupante de cargo efetivo e que exerce cargo em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança.

46. A nomeação é direito adquirido do candidato aprovado em concurso público.

**Acerca do regime dos servidores públicos, julgue os itens:**

47. o vínculo dos agentes políticos com o Estado não é de natureza profissional, pois o que os qualifica para o exercício das funções não é a aptidão técnica, mas a qualidade de cidadão.

48. servidores públicos são aqueles que mantêm com o Estado e com as pessoas jurídicas de direito privado da administração indireta vínculos de trabalho profissional.

49. a seleção por concurso público para o desempenho de atividades exclusivas do Estado pode suprir vagas sob o regime celetista ou estatutário.

50. depois de concluído o estágio probatório, o servidor público investido em cargo público não pode ser exonerado por excesso de despesas com pessoal.

**Maria, Sônia, João e Paulo foram aprovados em concurso público para provimento de 7 vagas de analista judiciário no tribunal de justiça de determinado estado da Federação, cujo edital, com base em lei estadual, previa que 20% das vagas seriam destinadas aos deficientes físicos. Maria foi classificada em 6.º lugar e Sônia, em 1.º lugar, entre os aprovados às vagas destinadas aos não-deficientes. João e Paulo classificaram-se em 1.º e 2.º lugar, respectivamente, entre as vagas destinadas aos deficientes. A respeito da situação hipotética apresentada, julgue os itens com base no tratamento constitucional destinado aos servidores públicos.**

51. Conforme entendimento do STF, Maria não terá direito à sua nomeação, já que devem ser duas as vagas destinadas aos deficientes físicos e somente cinco destinadas aos não deficientes.

52. A deficiência física de João e Paulo pode ser comprovada com atestado médico particular, o qual não poderá ser impugnado após a posse.

53. Conforme entendimento do STJ, João deve ser nomeado somente depois de nomeados os candidatos aprovados para as vagas destinadas aos não-deficientes.

54. Conforme entendimento do STJ, sendo o ato de nomeação um ato discricionário, Sônia não teria direito subjetivo à nomeação, mas mera expectativa de direito, caso a administração resolvesse não contratar nenhum dos candidatos aprovados.

**Considerando que Rodrigo será nomeado amanhã para cargo público na administração direta do Espírito Santo, julgue os itens que se seguem.**

55. Uma vez nomeado, Rodrigo terá o prazo de uma semana para tomar posse.

56. Rodrigo deverá entrar em exercício na data em que tomar posse.

57. Para tornar-se um servidor estável, Rodrigo terá de ser aprovado no estágio probatório.

**Tânia, que é professora em uma escola secundária do município do Rio de Janeiro, foi aprovada, na 29.ª colocação, em concurso público para o provimento de cargo de analista judiciário do TJRJ, cujo edital não prevê qualquer formação específica, mas apenas formação em nível superior, com 30 vagas, sendo 5% para os portadores de deficiência física. Pedro foi aprovado em segundo lugar nas vagas para deficientes físicos. Com referência à situação acima apresentada e acerca dos servidores públicos e dos precedentes dos tribunais superiores, julgue os itens.**

58. Sendo nomeado, Pedro fará jus a ser empossado na segunda vaga para os deficientes físicos.

59. Tânia, sendo servidora municipal, poderá acumular o seu cargo efetivo com o cargo efetivo de analista judiciário, indiscriminadamente, uma vez que este é considerado cargo técnico científico, mesmo não exigindo qualquer formação específica de conhecimento.

60. É pacífica a jurisprudência do STF de que o candidato aprovado em concurso público, dentro do número de vagas, fará jus a ser provido no respectivo cargo.

61. Caberá ao governador do estado do Rio de Janeiro empossar Tânia ou Pedro.

**Diante da necessidade de se desenvolver economicamente um município, Tibério, seu prefeito, criou, por meio de decreto, o programa denominado Plano Tibério de Desenvolvimento do Município, e aproveitou a mesma oportunidade para criar 20 cargos públicos que seriam providos por meio de concurso público. Fez publicar, logo depois, edital de concurso público para provimento desses cargos efetivos, com prazo de validade do concurso em oito meses, prorrogáveis. Foram aprovadas 14 pessoas. Tendo como referência a situação hipotética acima apresentada, julgue os itens acerca da administração pública.**

62. O prazo de validade do concurso em tela poderá ser prorrogado, desde que não ultrapasse o prazo total de até 4 anos.

63. Após a primeira prorrogação do referido concurso, um novo concurso poderá ser iniciado, antes mesmo do transcurso total do prazo de validade do concurso anterior e da posse dos 14 aprovados, sem que se esteja violando a CF.

**64. O pessoal admitido para emprego público na administração federal direta terá sua relação de trabalho regida pela CLT e legislação trabalhista correlata, naquilo que a lei não dispuser em contrário.**

65. Conforme entendimento do STF, o servidor público federal tem direito de retornar a cargo público federal anterior, mesmo após o estágio probatório de novo cargo assumido.

66. Suponha que Pedro seja professor em uma universidade pública. Nesse caso, ele poderá acumular o seu cargo de professor com um cargo de analista judiciário, meio.

67. Sérgio, após aprovação em concurso público e quatro anos de espera, foi nomeado para o cargo de agente administrativo em determinado órgão federal. Com 22 meses de efetivo exercício, houve uma reforma administrativa e o referido cargo foi extinto. Nessa situação, Sérgio será posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até que seja aproveitado em outro cargo cujas atribuições e vencimentos sejam compatíveis com os do cargo anterior ocupado.

68. Um médico, em face do permissivo constitucional, pode acumular os cargos de médico-perito do INSS e o de médico nos prontos-socorros do HFA e do Hospital de Base, sendo este subordinado à Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

69. Uma vez nomeado, o candidato terá o prazo de uma semana para tomar posse.

70. O servidor deverá entrar em exercício na data em que tomar posse.

71. Para tornar-se servidor estável, o servidor terá de ser aprovado no estágio probatório.

**GABARITO**

01. C	16. E	31. C	46. E	61. E
02. C	17. E	32. E	47. C	62. E
03. E	18. E	33. E	48. E	63. C
04. C	19. E	34. C	49. E	64. C
05. C	20. E	35. E	50. E	65. E
06. C	21. E	36. C	51. C	66. E
07. C	22. E	37. E	52. E	67. E
08. E	23. E	38. E	53. E	68. E
09. E	24. C	39. E	54. E	69. E
10. C	25. E	40. C	55. E	70. E
11. C	26. E	41. E	56. E	71. C
12. C	27. E	42. E	57. C	
13. C	28. C	43. E	58. C	
14. E	29. C	44. E	59. E	
15. C	30. E	45. C	60. C	

**CONCURSOS NO DF**

A respeito da aplicação da Lei n.º 8.112/1990 no Distrito Federal (DF), julgue os itens subseqüentes:

01. A referida lei é aplicada aos servidores públicos do DF por força de lei local, que expressamente fez tal previsão.

**GABARITO: C**

02. Qualquer modificação realizada nessa lei pelo Poder Legislativo federal aplica-se automaticamente aos servidores do DF.

**GABARITO: E**

03. A aplicação da Lei n.º 8.112/1990 no DF significa uma violação à autonomia legislativa local.

**GABARITO: E**

**GABARITO**

01. C

02. E

03. E